

# A dualidade do webjornalismo participativo

Cristiane Lindemann

## Resumo

O estabelecimento da rede mundial de computadores, aliado ao advento da web 2.0, potencializou o desenvolvimento de trabalhos cooperativos, baseados em espaços de interação, o que resultou em novos produtos midiáticos, como o jornalismo participativo na internet, que possibilita a qualquer cidadão transformar-se em produtor de notícias. Trata-se de uma prática em que o indivíduo encontra mais autonomia e liberdade de expressão, enquanto os jornalistas têm seu papel modificado. A proposta deste trabalho é refletir acerca desta dualidade, que vem gerando um impacto cultural e uma tensão quanto à permanência dos jornalistas e quanto às suas atribuições na sociedade.

## Palavras-chave:

*Tecnologias, Jornalismo participativo na internet, Prática jornalística, Cultura profissional*

## Abstract

The creation of computers' world wide web plus web 2.0, potencialized the development of cooperative works, based on interactive spaces. This resulted in new mediatic products, such as open-source (participant) journalism in the internet, which allows any citizen to become a news producer. It's a practice that allows people more autonomy and freedom of speech, meanwhile journalists see their role being modified. The purpose of this paper is to reflect on these two aspects that are generating a cultural impact and a tension concerning the permanence of journalists and their obligations to the society.

## Key words:

*Technologies, Open-source (participant) journalism in the Internet, Journalistic practice, Professional culture*

Os avanços das tecnologias digitais de informação e de comunicação oportunizaram o surgimento da prática jornalística em rede – o webjornalismo<sup>1</sup>, que possui características como multimídia, convergência, interatividade, hipertextualidade, personalização, instantaneidade ou atualização contínua e memória (Palacios, 2003). Agregada a esse contexto, a web 2.0<sup>2</sup> faz emergir o webjornalismo participativo, que remete à idéia de produção e publicação de notícias na rede mundial de computadores a partir de qualquer usuário. Seria, em síntese, a prática jornalística aberta a todos. É o que alguns autores chamam de *cytizen journalism*, jornalismo colaborativo, comunitário, cidadão, *open source*<sup>3</sup> (código aberto), *peer-to-peer*<sup>4</sup> etc.

A principal característica dessa lógica de produção é a superação do modelo comunicacional emissor-meio-mensagem-receptor, uma vez que este último torna-se um produtor de conteúdo em potencial, de modo que a fronteira entre produção e leitura não é nitidamente delimitada ou não existe (Primo; Träsel, 2006). A idéia do webjornalismo participativo é, justamente, descentralizar a emissão, através de sistemas de interação<sup>5</sup> oportunizando uma amplitude de vozes no ciberespaço<sup>6</sup>.

Portanto, quando se fala em webjornalismo participativo, está-se referindo a uma estrutura comunicacional diferenciada, de onde emergem novas oportunidades práticas e sociais e onde os processos interativos são elementos centrais. Vale frisar que a maneira como essa interação se dá não se resume ao simples envio de mensagens via correio eletrônico ou à votação em enquetes com respostas pré-definidas. Trata-se do envolvimento dos “cidadãos-comuns” na produção

jornalística, seja através dos blogs<sup>7</sup> (que, quando jornalísticos, podem se enquadrar na classificação de webjornalismo participativo), seja através de sites ou canais específicos de webjornalismo participativo.

Esse novo cenário traz inquietações ao jornalismo e aos profissionais que atuam nesta área. Afinal, se os “cidadãos comuns” podem exercer o papel dos jornalistas, o que resta a esta categoria? Estariam esses profissionais sendo substituídos por leigos nesse campo de atuação? Quem deve mediar as informações? A responsabilidade da prática jornalística e seus compromissos para com a sociedade estariam sendo soterrados em meio a essas mudanças? Eis algumas questões sobre as quais o presente artigo propõe-se a refletir<sup>8</sup>.

### **Potencialização da interação no webjornalismo participativo**

Como indica Quadros (2005), a relação interativa entre mediadores e usuários pode ser definida conforme a evolução dos webjornais, sendo que as oportunidades de intervenção do internauta são consideravelmente maiores na terceira geração (Mielniczuck, 2003) do que na primeira, por exemplo. A partir desta idéia, a autora propõe uma classificação para mostrar a evolução da participação do público no webjornalismo:

Na primeira fase, a interatividade é mais uma promessa do que uma realidade. O usuário envia um e-mail à redação digital e não obtém resposta, apenas a disponibilização do seu conteúdo editado em um espaço definido para os leitores tal como ocorre nas seções de cartas dos jornais impressos. Na segunda fase, o usuário tem a oportunidade de escolher mais caminhos possíveis com o uso ainda

<sup>1</sup> Alguns autores utilizam os termos *jornalismo on-line*, *digital* ou *ciberjornalismo*. Neste artigo, em consonância com Mielniczuck (2003), foi escolhido o termo “webjornalismo” para referir-se às publicações veiculadas na World Wide Web (WWW).

<sup>2</sup> De acordo com Primo (2006), a web 2.0 refere-se à segunda geração de serviços on-line e caracteriza-se por potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para a interação entre os participantes do processo, potencializando o trabalho coletivo, de troca afetiva, de produção e circulação de informações, de construção social e de conhecimento com apoio da informática.

<sup>3</sup> Conforme Moura (2002), o termo *open source* surge aplicado ao software que algumas pessoas criam e disponibilizam gratuitamente na rede para que qualquer usuário possa manipulá-lo.

<sup>4</sup> Segundo Moura (2002) a expressão “jornalismo *peer-to-peer*” sugere um jornalismo que envolve a partilha de recursos e serviços através da troca entre sistemas.

<sup>5</sup> Neste trabalho, optou-se pelo termo “interação”, de acordo com a conceitualização de Primo (2000), que estuda a interatividade conforme os níveis

de interação, classificando esta última em reativa ou mútua.

<sup>6</sup> Lemos (2004) entende o ciberespaço sob dois aspectos: como o lugar onde estamos quando entramos em um ambiente simulado, de realidade virtual, e como o conjunto de redes de computadores, interligados ou não, em todo o planeta, a internet.

<sup>7</sup> Trata-se de um tipo de página pessoal onde o proprietário publica conteúdo sobre um ou vários assuntos e deixa aberto um mural onde os visitantes podem expor comentários e opiniões.

<sup>8</sup> Este artigo faz parte das pesquisas referentes à dissertação da autora.

<sup>9</sup> <http://www.minhanoticia.ig.com.br>.

<sup>10</sup> Vale ressaltar que a existência de sistemas interativos não garante uma efetiva interação. Para que isso ocorra, é preciso contar com o envolvimento dos internautas no processo de produção. Ou seja, se os internautas não estiverem dispostos a colaborar, a interação não se realiza.

<sup>11</sup> Nesse caso ocorre a interação mútua, proposta por Primo (2000).

<sup>12</sup> <http://www.terra.com.br/vcreporter>

incipiente do hipertexto. Com sorte, em alguns jornais, ele consegue enviar e-mails diretamente aos jornalistas e receber uma resposta. São oferecidas algumas possibilidades de escolha, normalmente, dispostas em formulários estanques. Na terceira fase, são marcadas conversas esporádicas com jornalistas e personalidades famosas. Mais do que provocar o espírito crítico de internautas inertes, a intenção do mediador é atrair o público. Na quarta fase, na qual já se proliferaram os blogs, alguns jornais digitais adotam a possibilidade de enviar comentários sobre os assuntos em pauta. Os comentários são disponibilizados logo abaixo das reportagens. Não há troca de comunicação entre mediadores e usuários, mas o mediador responsável por determinada reportagem pode citar alguma mensagem que desperte o seu interesse. A capacidade de memória do usuário é estendida por meio do banco de dados, que faz o elo entre informações fragmentadas ao relacionar o conhecimento humano. Na quinta fase, o público ganha o direito de produzir uma matéria com o apoio do mediador. Os conteúdos podem ser bons ou ruins e o usuário ainda aprende a soltar a voz por muito tempo abafada pelos meios de comunicação de massa. [...] Na quinta fase o usuário também adquire o direito de disponibilizar conteúdos audiovisuais. Parece mais um paparazi do que um cidadão-repórter, como o da sexta fase. Nesta fase, emissores e receptores invertem os papéis para construir de modo interativo uma história” (Quadros, 2005: 13-14).

De acordo com a classificação proposta por Quadros (2005), pode-se aferir que, mesmo quando se trata de webjornalismo participativo, o nível de interação e de autonomia dos colaboradores varia conforme a abertura dos sites ou canais. Alguns projetos

permitem enquadrar os usuários na quinta fase proposta pela autora. Outros permitem classificar os usuários na sexta fase. Deve-se considerar, ainda, a existência de experiências que permitem diferentes tipos de interação em concomitância, de forma que o usuário pode enquadrar-se em mais de uma fase. O canal de webjornalismo participativo *Minha Notícia*, do IG<sup>9</sup>, por exemplo, permite que os internautas enviem suas matérias, as quais passam pelo filtro dos editores – o que consolida a existência da quarta fase proposta por Quadros (2005) –, e, além disso, também possibilita que os usuários registrem seus comentários abaixo das matérias do canal – o que também caracteriza o usuário da quarta fase.

O nível de interação depende, em grande parte, do sistema de controle utilizado por cada site ou canal<sup>10</sup>. Esse controle pode ser feito por jornalistas/editores, pelos próprios internautas ou é inexistente. Quando dos dois primeiros casos, tem-se o usuário da quinta fase. Somente no terceiro caso haverá o modelo totalmente interativo, quando o internauta pode ser incluído na sexta fase<sup>11</sup>. Os exemplos que seguem ilustram cada uma dessas situações:

– Controle feito por jornalistas/editores: canal *VC repórter*, do *Portal Terra*<sup>12</sup>. O projeto iniciou em fevereiro de 2005 e visa que os usuários colaborem com a produção jornalística, enviando fotos, vídeos, áudios ou depoimentos, por e-mail ou pelo celular. Conforme consta na página de apresentação do canal, ele tem o intuito de dar visibilidade ao cotidiano do público e à comunidade onde vive. No entanto, a liberdade dos colaboradores é parcial, uma vez que o material enviado é filtrado por editores do portal, podendo ser modificado ou até mesmo impedido de publicação.

– Controle feito pelos internautas: *Kuro5hin*<sup>13</sup>. Funciona sob o slogan “as melhores matérias do dia, escolhidas por você” (tradução livre)<sup>14</sup>. O site permite não apenas a publicação de notícias, mas também disponibiliza espaço para comentários e debates sobre elas. Além disso, como sugere o próprio slogan, são os colaboradores que escolhem os textos a serem publicados. Ao cadastrar-se no sistema, o internauta ganha o direito de votar nos textos propostos por outros participantes. Seguindo o link *moderate submissions*, uma lista de textos enviados pelos colaboradores é mostrada. Ao clicar-se em algum dos títulos, pode-se ler o texto completo e votar conforme as opções: *post it to the front page!* (publicar na primeira página), *post it to the section page only* (publicar apenas na seção), *abstain!* (abster-se), e *dump it!* (recusar). A cada opção é atribuído um valor numérico: +1, +1, 0 e -1, respectivamente. Os pontos são somados e, dependendo do resultado, a matéria é recusada ou aceita. Além disso, os colaboradores do *Kuro5hin* também podem fazer comentários sobre os textos publicados no site, bem como avaliar os comentários feitos por outros colaboradores. Nesta avaliação, os internautas cadastrados podem escolher entre as opções *hide* (esconder), *discourage* (desencorajar), *neutral* (neutro) e *encourage* (encorajar).

– Controle inexistente: *Wikinews*<sup>15</sup>. Baseado no sistema *wiki*<sup>16</sup>, o site é um projeto de notícias livre que permite não apenas a colaboração de qualquer internauta, mas também a edição de textos já publicados, usando para isso apenas um *browser*<sup>17</sup> comum. Assim, erros podem ser consertados por qualquer pessoa, notícias podem ser ampliadas ou modificadas a todo o momento, sem que haja mo-

deradores – o que caracteriza um processo comunicacional de interação mútua (Primo, 2000). Além disso, o *Wikinews* mantém registradas em histórico todas as intervenções realizadas pelos internautas, possibilitando uma produção transparente, que pode ser constantemente acompanhada e fiscalizada pelos participantes.

Assume-se, portanto, com as tecnologias digitais, uma nova arquitetura social, que abre os canais de comunicação, permitindo um fluxo diferenciado de informações. Trata-se de um processo de interação onde os envolvidos são, ao mesmo tempo, produtores, emissores e receptores. Em alguns casos, porém, permanece a figura do mediador, filtrando o conteúdo produzido pelos internautas e impossibilitando a interação mútua (Primo, 2000) ou a atuação do leitor da sexta fase (Quadros, 2005).

Obviamente, as possibilidades de incorporação do público na produção de conteúdos já existiam antes da instauração da internet, efetivando-se, geralmente, com a intervenção de mediadores. Algumas emissoras de TV e de rádio ou veículos impressos como revistas e jornais têm espaços específicos para inserir os cidadãos em sua produção editorial, como a *Rádio Eldorado*, em São Paulo, que recebe diariamente informações sobre o trânsito de ouvintes espalhados pela cidade (Moherdau, 2006: 10). Dentre os veículos impressos, um exemplo recente é a revista *Sou + Eu*, da editora *Abril*, lançada em novembro de 2006.

Trata-se de uma experiência precursora – a única de conteúdo colaborativo no segmento vida real no Brasil, segundo a colaboradora de gerenciamento de conteúdo Ana Maria Brambilla<sup>18</sup> – em que a proposta central é produzir semanalmente uma revista

<sup>13</sup> <http://www.kuro5hin.org>

<sup>14</sup> “The best stories of the day, chosen by you”.

<sup>15</sup> <http://www.wikinews.org>

<sup>16</sup> Sistema que permite a colaboração na produção de conteúdo na web, utilizando um browser comum e sem a necessidade de saber programar com a linguagem HTML.

<sup>17</sup> Programa utilizado para navegar na Internet (Internet Explorer ou Netscape, por exemplo). Habilita seus usuários a interagirem com documentos HTML hospedados em um servidor Web.

<sup>18</sup> Entrevista publicada no site Ponto Eletrônico, da Universidade FUMEC. <http://www.pontoeletronico.fumec.br/jd/entrevista.asp?cod=126>. Acesso em 16 de maio de 2007.

<sup>19</sup> As expressões “veículos tradicionais”, “veículos massivos”, “mídia de massa” ou “comunicação de massa” são utilizadas neste trabalho de acordo com a definição de Thompson (1998). Segundo ele, o que importa na comunicação de massa é o fato de que os produtos provêm de uma minoria e são oferecidos para uma pluralidade de destinatários, os quais não são passivos, mas, na maioria das vezes, têm poucas oportunidades de contribuir com o conteúdo durante o processo comunicativo. “As mensagens são produzidas por um grupo de indivíduos e transmitidas para outros situados em circunstâncias espaciais e temporais muito diferentes das encontradas no contexto original de produção. Por isso os receptores das mensagens da mídia não são parceiros de um processo de intercâmbio comunicativo recíproco [...]” (Thompson, 1998: 31).

<sup>20</sup> O propósito deste artigo não é de responder o porquê da manutenção de mediadores nos projetos de webjornalismo participativo. Portanto, este é um aspecto que não será aprofundado. O intuito neste momento é apenas expor o tema, explorando o que diferentes autores dizem e instigando um olhar crítico a respeito dessa prática contemporânea de jornalismo.

com conteúdo totalmente elaborado pelos leitores. Além disso, há também um site (<http://www.semanais.abril.com.br/soumai-seu>) abastecido com materiais enviados pelos internautas. O foco das pautas de ambos os veículos é a vida real, incluindo receitas, fotos de celebridades feitas pelos leitores, dicas de beleza, truques domésticos e histórias individuais. O site oferece uma premiação semanal para os vídeos, áudios e fotos/galerias mais votadas pelos internautas (R\$ 300, R\$ 200 e R\$ 100, respectivamente). As contribuições e histórias selecionadas para a revista impressa também são remuneradas, variando entre R\$ 50 e R\$ 500.

A proposta da revista *Sou + Eu* é inovadora, mas ainda são poucas as experiências de veículos tradicionais<sup>19</sup> totalmente baseadas em processos interativos no Brasil. Como afirma Moraes (2001), as emissoras de televisão e de rádio (assim como os veículos impressos, acrescenta-se aqui) são pólos de onde as informações são distribuídas. “Mesmo tomando-se em consideração o despontar de soluções interativas, existe uma separação nítida entre os núcleos emissores e os destinatários, isolados uns dos outros” (Moraes, 2001: 71). O que há, basicamente, é um processo de emissão, mas não de comunicação (o que exige possibilidade de trocas), como observam Brecht (2005) e Enzensberger (1979).

Tendo em vista a realidade desse contexto, onde a fronteira entre emissores e receptores é bem marcada, há que se considerar que o potencial de interação em práticas como o webjornalismo participativo é evidentemente maior que nas mídias impressas, radiofônicas e televisivas. Barreiras geográficas, espaciais, técnicas ou temporais são quebradas, graças à internet, e a

interação com o público pode ser mantida através do mesmo suporte (o computador), ao contrário do que acontece, na maioria das vezes, com os veículos massivos, quando a participação do público se dá através de outros suportes. Nos jornais impressos, por exemplo, o contato é feito através de cartas, e-mails ou telefonemas.

Porém, frisa-se novamente, algumas experiências de webjornalismo participativo ainda designam aos jornalistas a tarefa de selecionar o que será publicado, como no caso do *VC Repórter – Portal Terra*, do *Eu Repórter – da Globo.com* e do *Foto Repórter – grupo Estadão*. Considerando-se que os três exemplos citados são de propriedade privada, propõe-se aqui o levantamento de duas hipóteses<sup>20</sup>: 1) a de que os projetos de webjornalismo participativo ligados a empresas privadas têm a preocupação de seguir a linha editorial do grupo e, para tanto, mantém-se um profissional filtrando as informações; 2) há cautela com a credibilidade e com a veracidade das informações publicadas, e aí está a necessidade da manutenção de um profissional como moderador.

Moretzshon (2006) vai ao encontro destas considerações ao afirmar que o caráter específico da mediação jornalística é o que legitima socialmente a informação e impõe procedimentos necessários para que se lhe exija a indispensável credibilidade. Para a autora, o cenário que se desenha a partir do webjornalismo participativo, transformando a “todos” potencialmente em produtores, exige um rigor ainda maior no critério de seleção das informações – o que justifica o fato de os blogs mais acessados serem de propriedade dos jornalistas independentes ou de profissionais contratados por empresas de comunicação, por exemplo.



Portanto, o mais correto seria dizer que, com tantas inovações tecnológicas ao longo do século passado, o ciberespaço reproduz relações de poder que estão na sociedade [...]. O que se altera é a velocidade e o alcance público da contestação a uma notícia inverídica ou precária: antes o protesto se limitava a telefonemas para a redação ou a cartas que a seção do leitor publicaria (ou não) no dia seguinte. (Moretzshon, 2006: 5)

Nesse sentido, Moretzshon (2006) põe em questão o fato de que no webjornalismo participativo o processo de edição muitas vezes se inverte. Se no jornalismo massivo as informações são checadas e o texto é editado antes de ser publicado, no webjornalismo participativo (especialmente nos projetos abertos, sem mediação) a notícia é publicada para, depois, ser checada e editada. “É o que postula o ‘*open source journalism*’, ou jornalismo de fonte aberta, em que a comunidade envolvida participa da elaboração da informação, complementando-a ou corrigindo-a [...]” (Moretzshon, 2006: 7).

Para Träsel (2006), aí está a essência do webjornalismo participativo: não se trata de competir com o jornalismo tradicional, mas sim de complementá-lo, de fiscalizá-lo no sentido de garantir a pluralização das visões sobre um mesmo acontecimento e de apontar erros, distorções e limitações. Ao contrário de Moretzshon (2006), que argumenta que a abertura da produção ao público pode gerar uma série de boatos, além de informação em excesso (e inútil), o autor defende a idéia de que “a possibilidade de intervenção de centenas ou milhares de leitores contribui para a exatidão das informações publicadas e incentiva uma maior variedade de interpretações” (Träsel, 2006: 2). Nesse sentido, Träsel (2007)

compactua com a proposta Gans (2004) sobre jornalismo multiperspectivo. Para este autor, o jornalismo multiperspectivo envolve o conceito de jornalismo alternativo e, dentre as características desta prática podem ser contempladas algumas que, acredita-se, vão ao encontro do webjornalismo participativo. São elas:

– Realização de uma cobertura que vá além das fontes básicas ou oficiais, ou seja, que mostre o pano de fundo ou entorno dos fatos. “Por exemplo, notícias sobre políticas federais (e incorporadas) seriam acompanhadas por reações não apenas dos altos oficiais, mas dos cidadãos de vários segmentos que pudessem ser afetados por estas políticas” (Gans, 2004: 313) (tradução livre)<sup>21</sup>.

– Focalizar notícias mais representativas, relatando as atividades e opiniões de todos os setores e papéis da população. Por setores (*sectors*) o autor entende grupos de todas as idades, níveis escolares, etnicidades, religiões etc. Por papéis (*roles*) o autor entende o que as pessoas fazem, como pais e filhos, empregados e empregadores, vendedores e clientes, médicos e pacientes, membros de grupos organizados ou não organizados etc. “A notícia representativa significa, assim, uma cobertura maior da diversidade da opinião, de muitas posições em hierarquias nacionais e societárias diferentes, e de muitos pontos no espectro ideológico” (Gans, 2004: 314) (tradução livre)<sup>22</sup>.

– Dar ênfase para as notícias de serviços, fornecendo informações relevantes para setores e papéis (*sectors* and *roles*) específicos, ou seja, pensar no que as pessoas consideram importante para elas. Populações de rendas diversas, por exemplo, têm interesses diferentes. As mudanças nos impostos federais, exemplifica Gans (2004), são de pouca

<sup>21</sup> “For example, news about federal (and corporate) policies would be accompanied by reactions not just from high officials, but from citizens in various walks of life who would be affected by these policies” (Gans, 2004: 313).

<sup>22</sup> “Representative news thus means greater coverage of the diversity of opinion, from many positions in different national and societal hierarchies, and from many points on the ideological spectrum” (Gans, 2004: 314).

<sup>23</sup> *Modelo Two-tier: a idéia é de reavaliar e reinterpretar a notícia divulgada pelos meios tradicionais, direcionando-as para audiências específicas.*

<sup>24</sup> *“As a goal, multiperspectivism resembles equality. Both are impossible to achieve completely, but each offers a target toward which to move. Just as changes in income distribution provide a feasible indicator of movement toward economic equality, so increases in the diversity of sources and perspectives in the news provide a feasible indicator of movement toward multiperspectivism”* (Gans, 2004: 321).

<sup>25</sup> *Em sua dissertação de mestrado, Träsel (2007) investigou as intervenções sobre o material jornalístico de dois webjornais: Kuro5hin e Wikinews. O resultado do trabalho mostra que as intervenções pluralizantes chegaram a uma predominância de aproximadamente 60%. Segundo Träsel (2007), o maior problema percebido a partir das críticas ao webjornalismo participativo é esperar que este tenha a mesma qualidade do jornalismo profissional, assim como o cumprimento das mesmas obrigações e funções sociais, quando, na verdade, defende o autor, seu papel é complementar.*

relevância para os povos demasiado pobres. Para estes, interessam notícias sobre mudanças nas políticas nacionais do bem-estar e do trabalho. A heterogeneidade precisa, portanto, ser considerada.

– As notícias devem ser coletadas a partir de fontes mais dispersas, evitando-se as fontes de fácil acesso. As fontes devem ser escolhidas em todos os níveis da sociedade. É o que Gans (2004) denomina de modelo *two-tier*<sup>23</sup>, ou seja, notícias que representem uma variedade de perspectivas da arena simbólica.

Frisa-se que Gans (2004) idealiza o jornalismo multiperspectivo sendo praticado por jornalistas e não se refere especificamente ao webjornalismo participativo. Acredita-se, no entanto, que esta prática possa colaborar para a realização da proposta do autor. Nesse sentido, quando se pensa no webjornalismo participativo mediado por jornalistas (como no caso do *VC Repórter – Portal Terra*), pode-se levar em consideração os apontamentos do autor. Segundo Gans (2004), para exercer o jornalismo multiperspectivo, os jornalistas devem redefinir a importância das informações, dando um peso maior àquelas que são importantes para os vários setores da população. É preciso buscar conhecimento sobre a totalidade ou o universal, abrangendo todas as fontes e perspectivas possíveis, e todos os setores e papéis (sectors and roles) da sociedade.

Como um objetivo, o multiperspectivismo assemelha-se à igualdade. Ambos são impossíveis de conseguir completamente, mas cada um oferece um alvo para onde se mover. Apenas mudanças na distribuição de renda fornecem um indicador praticável do movimento para a igualdade econômica; assim, um aumento

na diversidade das fontes e das perspectivas na notícia fornece um indicador praticável do movimento para o multiperspectivismo (Gans, 2004: 321) (tradução livre)<sup>24</sup>.

A idéia de Gans (2004) é de que o jornalismo multiperspectivo deve continuar onde os meios tradicionais param, fornecendo notícias adicionais e mais detalhadas para e sobre as perspectivas das audiências. No processo, diz Gans (2004), esta prática funcionaria também como monitora e crítica dos meios tradicionais, indicando onde e como, por seus padrões, estes foram insuficientemente multiperspectivos.

Nesse sentido, considera-se que a prática do webjornalismo participativo pode sim favorecer um processo dialógico significativo na sociedade, abrangendo fontes mais diversificadas e abordando diferentes perspectivas, como propõe Gans (2004) e Träsel (2007)<sup>25</sup>. Além disso, em conformidade com esses autores, acredita-se que esta prática possa favorecer um jornalismo mais atento e comprometido, na medida em que os internautas/colaboradores passarem a utilizar essas ferramentas interativas para fiscalizar a mídia tradicional. Faz-se necessário, para tanto, que o público aprenda a se inserir neste processo de forma saudável, a fim de estabelecer um diálogo, ou seja, uma verdadeira comunicação.

### **Mudanças na prática jornalística**

Uma vez estabelecida a possibilidade de interação em que o sujeito torna-se agente na produção de notícias, abre-se um leque de discussões, não apenas sobre a técnica, que é relativamente nova, mas especialmente sobre as fases de produção da notícia que, como assegura Pena (2006: 177), são alteradas,

também sobre o papel dos jornalistas. Nesse sentido, Wolton questiona:

A inovação das novas tecnologias está relacionada com uma mudança cultural nos modelos individuais e coletivos? Existe, por ocasião desta nova geração técnica, um outro projeto de organização da comunicação e uma outra visão sobre o seu papel em uma sociedade aberta? (Wolton, 2003: 13)

Em consonância com o autor acima citado, considera-se necessário refletir a respeito desta revolução eletrônico-digital (Lemos, 2004), que alterou significativamente os processos de produção jornalística nas redações e possibilitou o surgimento de novos produtos na área, entre os quais os webjornais participativos, que dão autonomia e liberdade aos sujeitos (jornalistas ou não) para que possam criar suas próprias matérias e publicá-las em sites ou canais afins. Enquanto muitos jornalistas apegam-se a idéias radicais, como a de que o trabalho da categoria está sendo extinto ou banalizado, defende-se aqui que o cenário contemporâneo do jornalismo está apenas trazendo transformações a esta prática profissional, o que exige uma atualização na maneira de encará-la.

Conforme Marcondes Filho (2000), as transformações ocorridas desde 1970 com as novas tecnologias provocaram resultados devastadores ao jornalismo, pois a informática obrigou todos a entrarem num mesmo barco, onde o sistema de produção e de trânsito de informações é outro. Tudo se alterou: do papel passou-se para a tela do computador; a redação dispensou (em alguns casos) um espaço físico e geográfico delimitado, com pauteiros, repórteres, editores, revisores e diagramadores, o que

**A produção no webjornalismo participativo não envolve etapas costumeiras do jornalismo tradicional, como a rotina de reunião dos jornalistas para discussão de pautas, saídas externas para contatar as fontes, entrevistá-las e fotografá-las**

e Marcondes Filho (2000: 49) chama de “ruptura do ambiente social”; o webjornalismo quebrou a periodicidade, incorporando a máxima do tempo real; e, como se essas mudanças todas não bastassem, graças ao advento da internet, já não é mais o jornalista o único responsável pela produção de notícias. Muda, portanto, o papel desse profissional, seu limite de autonomia, assim como as rotinas de produção – tudo isso em decorrência da tecnologia.

A produção no webjornalismo participativo não envolve etapas costumeiras do jornalismo tradicional, como a rotina de reunião dos jornalistas para discussão de pautas, saídas externas para contatar as fontes, entrevistá-las e fotografá-las. Não há mais texto padronizado, com *lead*, pirâmide invertida etc. Afinal, o que rege esta nova prática, que parece estar indo ao encontro daquilo que Marcondes Filho (2000) chama de “teoria neoliberal da transparência”, em que cada um fala e divulga o que julga relevante? Qual o papel do jornalista profissional nesse contexto? Afinal, deve haver alguém profissionalmente apto para responsabilizar-se pela mediação das informações ou qualquer sujeito pode criá-las e divulgá-las?

Assim como Moretzshon (2006), Pena (2006) também argumenta que cabe ao jornalista exercer a função vital de mediador, um conceito da teoria do *gatekeeper*, utilizado pela primeira vez nos estudos de jornalismo por David Manning White (1993). Estudos sob esta perspectiva concluíram que as decisões dos selecionadores de notícias sempre estão mais influenciadas por critérios profissionais, ligados às rotinas de produção (como os valores-notícia, falta de espaço, repetição, falta de qualidade do material, interesses publicitários etc) do que por uma



avaliação individual e subjetiva. No caso do webjornalismo participativo, no entanto, isso muda de figura: não há mais o fator espacial (pois a internet é ilimitada) e os cidadãos-reportéres não têm – a princípio – cautela jornalística ou comercial para com o material que elaboram.

Uma vez que os “cidadãos comuns” são transformados em agentes produtivos, conclui-se que eles sejam também portões selecionadores (*gatekeepers*): de tudo que vivenciam, assistem e tomam conhecimento, escolhem o que mais interessar para publicar num veículo on-line de sistema descentralizado. O que resta, então, aos jornalistas? Conforme Bruns (2003), estes passam a filtrar o conteúdo disponível na rede ou enviado por colaboradores, e são então chamados de *gatewatchers*. Este trabalho se faz necessário porque, como na rede não há um limite de espaço, há necessidade de avaliar as informações, e não de descartá-las. Para Bruns (2003), o valor do *gatewatching* está em filtrar a informação e republicá-la em um contexto específico, dependendo dos interesses do público.

As conclusões do *American Press Institute* (instituição de pesquisas dos Estados Unidos), a partir de um estudo sobre as mudanças em curso em função da crescente participação dos leitores no processo de coleta de notícias, parecem ir ao encontro da proposta de Bruns (2003). Intitulado *WeMedia*<sup>26</sup>, o trabalho considera irreversível o advento do jornalismo participativo e questiona a capacidade das empresas de mídia e dos jornalistas de entenderem e se apropriarem dessa tendência. Para os autores do estudo, esta prática (que não passa de modismo aos olhos dos conservadores) representa o surgimento de uma idade de ouro do jornalismo – mas não do jornalismo tradicional.

Segundo o estudo, a redação organizada em setores, com empregados realizando papéis definidos e seguindo a linha editorial que lhes é imposta dará lugar a uma rede de cidadãos informadores conectados a núcleos de edição, onde as notícias serão recebidas, editadas e publicadas, ou servirão de base para alimentar novas pautas e reportagens. A partir daí, o público terá a oportunidade de seguir participando, através de comentários e debates sobre estes materiais, o que resultará em um processo interativo dinâmico e constante. Portanto, conforme o *WeMedia*, as redações serão uma espécie de centros de recepção, triagem rápida, edição imediata e catalogação inteligente. Já as fontes dos noticiários, serão “cidadãos comuns”, munidos de telefones celulares, câmeras fotográficas digitais, computadores de mão ou qualquer outro equipamento que permita registrar e transmitir informações.

Portanto, mais que ferramentas ao dispor dos jornalistas, as tecnologias digitais de informação e comunicação impõem um novo cenário de trabalho aos jornalistas, exigindo desses profissionais novas habilidades para manter-se no mercado de trabalho – e não extinguindo-os, como profetizam alguns pessimistas.

### Considerações finais

Diante do exposto, há que se considerar a relevância dos projetos de webjornalismo participativo, uma vez que têm deixado a mídia tradicional alerta, inclusive pautando-a e oferecendo material para a produção de matérias. Os noticiários de veículos tradicionais posteriores ao atentado de 11 de setembro em Nova York, ao tsunami na Ásia, ao furacão Katrina em Nova Orleans e à tragédia com o avião da TAM em São Paulo,

<sup>26</sup> Disponível em: <http://www.mediacenter.org/mediacenter/research/wemedia/>. Acesso em 7 ago 2007.

por exemplo, muito se serviram das imagens de cinegrafistas amadores, de fotografias feitas por “cidadãos comuns” com seus celulares e das informações fornecidas não somente aos jornalistas, mas também enviadas a sites ou canais de webjornalismo participativo.

A questão não é mais se indivíduos sem educação formal ou licença profissional vão publicar sua própria produção e influenciar a esfera midiática, mas de quanto e como. Os jornalistas terão de conviver mais cedo ou mais tarde com o fato de que serão pautados pelas pessoas que antes ocupavam a posição de meros consumidores de notícias no imaginário das redações. Pior ainda, sempre haverá um especialista em determinado assunto com disposição para apontar erros factuais ou mesmo casos de má-fé usando as ferramentas do webjornalismo participativo (Träsel, 2007: 19).

Evidentemente, o público não é acrítico às mensagens midiáticas. Ocorre que o webjornalismo participativo pode ser uma ferramenta utilizada não apenas para apontar erros dos conteúdos de veículos tradicionais, mas também para diversificar esses conteúdos, que são, na maioria das vezes, homogêneos, baseados em fontes oficiais, sufocando a produção cultural local, impondo gostos, impedindo a disseminação de posições contrárias ou distintas (Arbex Jr., 2005).

Como observa Charaudeau (2006: 19), “as mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço público”. Trata-se de uma seleção feita pelos profissionais da mídia, sustentada, basicamente, em interesses editoriais, econômicos e ideológicos. Nesse processo de construção, muitas fontes, versões e informações ficam mascaradas, su-

focadas, e, em alguns casos, nunca vêm à tona. Sendo assim, as publicações da grande mídia podem não suprir os interesses de parte da população, que, muitas vezes, espera notícias próximas da sua realidade, que tenham relação com a sua vida cotidiana ou com áreas específicas de interesse. É nesse ínterim que o webjornalismo participativo pode servir de ferramenta para que as minorias possam se fazer ver, fornecendo informações de perspectivas diferenciadas.

O caso da dona-de-casa norte-americana Lisa Williams, de Watertown, do subúrbio de Boston, ilustra bem essa questão. Insatisfeita com a cobertura superficial do jornal semanal *Boston Globe*, maior veículo da área onde vive, ela decidiu criar um blog, o *H2otown*<sup>27</sup>, para publicar as notícias da sua comunidade. “... na maior parte das cidades e vilarejos que por acaso estejam a mais de 500 pés de um grande mercado de comunicação, a gente local sofre mais de anorexia midiática do que de sobrecarga de informação. É difícil encontrar boa informação sobre onde você vive” (Williams apud Träsel, 2007: 69). Para abastecer o blog, Lisa Williams reúne informações de programas de televisão comunitária a cabo, informativos de organizações civis, outros blogs e jornais da comunidade, além de ir pessoalmente para as ruas checar dados, buscar fatos, entrevistar pessoas (Träsel, 2007).

Dentro desse contexto considera-se que a revolução do ciberespaço tem potencial para reestruturar as relações na esfera pública, o que pode resultar em significativas repercussões sobre a vida democrática. Frisa-se, porém, que esta observação não tem caráter impositivo, nem se apóia em determinismo

<sup>27</sup> <http://h2otown.info>

tecnológico. O que se sustenta é que as possibilidades de interação na internet têm gerado situações que desestruturaram a organização comunicacional dos meios massivos, ou seja, aquela em que os receptores não têm (ou raramente têm) opções de participação efetiva na construção das mensagens.

Porém, na contramão de todo esse potencial, não se deve negar a existência de uma barreira: a exclusão digital. No Brasil, em 2005, 32,1 milhões de pessoas acessaram a internet (21% da população), conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>28</sup>. Em 2006, uma pesquisa realizada pelo Comitê Gestor de internet (CGI) no Brasil<sup>29</sup>, sobre o uso da internet no país, constatou um total de 42 milhões de usuários, o que corresponde a 28% de uma população de 187 milhões de pessoas.

Diante desses dados, admite-se que, apesar da internet e das possibilidades oferecidas pelo webjornalismo participativo resultarem na abertura de canais para que novas perspectivas sejam abordadas e “vozes silenciadas” passem a ser ouvidas, ainda são poucos os atores sociais que podem usufruir dessas ferramentas em países que sofrem com a exclusão digital, como o Brasil. Mesmo assim, o cenário decorrente das tecnologias digitais não deve ser ignorado, até mesmo porque projetos de natureza interativa têm gerado questões pertinentes ao desenvolvimento da comunicação e do jornalismo. O que importa, neste momento, é refletir acerca das mudanças impostas, entendendo que, se bem utilizados, os projetos de webjornalismo participativo podem colaborar com um jornalismo mais democrático, versátil e de perspectivas heterogêneas.

<sup>28</sup> Estes dados fazem parte de levantamentos da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD – 2005). Fonte: [www.agenciabrasil.gov.br](http://www.agenciabrasil.gov.br) Acesso em: 17 abril 2007.

<sup>29</sup> O Comitê Gestor de Internet (CGI) no Brasil foi criado em maio de 1995 e é responsável pela coordenação e integração dos serviços de internet no país. É composto por membros do governo, do setor empresarial, do terceiro setor e da comunidade acadêmica. O CGI realiza pesquisas em parceria com o IBGE e com o Ibope NetRatings. Fonte: <http://www.cgi.br>. Pesquisas sobre TIC Domicílio 2005 e 2006 em <http://.nic.br/indicadores>. Acesso em 17 de abril de 2007.

## Sobre a autora

Cristiane Lindemann, jornalista, mestrandanda pela UFRGS.

e-mail: [cristiane\\_lindemann@yahoo.com.br](mailto:cristiane_lindemann@yahoo.com.br)

## Referências

- ARBEX JR., José. Uma outra comunicação é possível (e necessária). In: MORAES, Denis de (org). *Por uma outra comunicação*. 3 ed. Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2005.
- BRECHT, Bertolt. Teoria do Rádio (1927-1932). In: MEDITSCH, Eduardo. *Teorias do rádio: textos e contextos*. Vol 1. Florianópolis: Insular, 2005.
- BRUNS, Axel. *Gatewatching: collaborative online news production*. Nova York: Peter Lang, 2005.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- ENZENSBERGER, Hans Magnus. *Elementos para uma teoria dos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.
- GANS, Herbert. *Deciding whats news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time*. 25 ed. Northwestern University Press, 2004.
- LEMOS, André. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker Editores, 2000.
- MIELNICZUK, Luciana. *Jornalismo na Web: uma contribuição para o estudo do formato da notícia na escrita hipertextual*. Tese. Doutorado em Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea - Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2003.
- \_\_\_\_\_. Sistematizando alguns conhecimentos sobre jornalismo na web. In: MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos. *Modelos de jornalismo digital*. Salvador: Edições GJOL; Calandra, 2003.

MOHERDAUI, Luciana. A função do usuário que lê notícias na Internet, Anais SBPJOr 2006, Porto Alegre.

MORAES, Dênis de. *O concreto e o virtual: mídia, cultura e tecnologia*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MORETZSHON, Sylvia. Sobre alguns mitos do "jornalismo cidadão". Anais SBPJor 2006. Porto Alegre.

MOURA, Catarina. *O jornalismo na era Slashdot*. 2002. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moura-catarina-jornalismo-slashdot.pdf>. Acesso em 24 jul. 2006.

PALACIOS, Marcos. Ruptura, continuidade e potencialização no jornalismo on-line: o lugar da memória. In: *Modelos de jornalismo digital*. MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos (orgs). Salvador: edições GJOL, Calandra, 2003.

PENA, Felipe. O jornalista atropelado. TRAMA: Revista Acadêmica de Comunicação Social da Universidade Estácio de Sá. n° 1. Janeiro a Julho de 2001.

PRIMO, Alex. Interação mútua e interação reativa: uma proposta de estudo. In: *Revista Famecos. Faculdade de Comunicação Social, PUCRS*. n. 12, p. 81-92, jun. 2000.

\_\_\_\_\_. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. Intercom: Brasília, 2006.

PRIMO, Alex; TRÄSEL, Marcelo. Webjornalismo participativo e a produção aberta de notícias.

UNIREvista. vol. 1, n° 3, julho/2006. Disponível em: [www.unirevista.unisinos.br](http://www.unirevista.unisinos.br). Acesso em 10 ago. 2006.

QUADROS, Claudia Irene de. A participação do público no webjornalismo. Anais SBPJor 2005. Florianópolis. nov / 2005. p. 13-14.

SANTAELLA, Lucia. *Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura*. São Paulo: Paulus, 2003.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRÄSEL, Marcelo. O papel do webjornalismo participativo. *Anais SBPJor 2006*. Porto Alegre, 2006.

\_\_\_\_\_. *A pluralização no webjornalismo participativo: uma análise das intervenções no Wikinews e no Kuro5hin*. Dissertação. Mestrado em Comunicação e Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, fevereiro de 2007.

WHITE, David Manning. O *gatekeeper*: uma análise de *case* na seleção de notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org). *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*. Lisboa: Veja, 1993.

WOLTON, Dominique. *Internet, e depois?: uma teoria crítica das novas mídias*. Porto Alegre: Sulina, 2003.